

**ANEXO I - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS
PARA CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS**

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. **Cópia dos documentos de identidade e CPF do responsável legal, gerentes e/ou diretores** (será aceito RG – Carteira de Identidade Civil, Carteira Nacional de Habilitação com validade vigente ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);
- 1.2. **Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:
 - a. Em caso de empresário individual, deverá ser entregue a Cópia autenticada do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b. Em caso de sociedades comerciais, deverá ser apresentado a cópia autenticada do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c. Em caso de sociedade Simples, deverá ser apresentada a cópia autenticada do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada da prova de diretoria em exercício.
- 1.3. No caso de **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, deverão apresentar a **Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas** de seu domicílio, conforme o caso, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, com prazo de emissão não superior a 90 (noventa) dias a data de abertura das propostas;
- 1.4. No caso de **Microempreendedor Individual (MEI)** poderá apresentar o **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI)** em substituição a Certidão Simplificada da Junta Comercial, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 17 de dezembro de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no endereço eletrônico: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>, com prazo de emissão não superior a 90 (noventa) dias a data de abertura das propostas.
- 1.5. **Decreto de Autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 2.1. **Alvará de Licença e Funcionamento**, expedido pelo órgão competente da sede da licitante, dentro do prazo de validade, para exercer atividade compatível com o objeto da licitação. No caso do Distrito Federal, a licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.
- 2.2. **Em casos de empresas que atuam no ramo de manipulação/confecção de alimentos e similares**, deverão apresentar a **Prova de LICENCIAMENTO (Vigilância Sanitária) da empresa licitante**, perante o órgão sanitário ESTADUAL ou MUNICIPAL, com prazo de validade vigente.

- 2.3. **Em casos de empresas prestadores de serviços Turísticos, deverão apresentar a PROVA DE CADASTRO NO MINISTÉRIO DO TURISMO**, no programa denominado “CADASTUR – Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos e Profissionais do Turismo”, conforme determina a Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e do art. 18 do Decreto Federal nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010.
- 2.4. **Comprovante de Registro ou Inscrição da empresa e dos seus responsáveis nos respectivos Conselhos (se houver).**
- 2.5. Apresentação de, no mínimo, **2 (dois) Atestados de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executa/executou serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação, devendo informar o nível de satisfação com a qualidade e presteza no processo de fornecimento dos mesmos.
- a) É necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
 - b) No caso de atestados emitidos por empresas de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
 - c) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.
- 2.6. No caso das empresas de Engenharia e Obras, os atestados deverão estar registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região onde os serviços foram executados e acompanhados dos respectivos Acervos Técnicos.

3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- 3.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).**
- 3.2. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação (Cartão de Inscrição Estadual ou Ficha de Inscrição Cadastral-FIC ou Documento de Identificação de Contribuinte).
- 3.2.1. Caso o licitante seja isento de Inscrição Estadual, o mesmo deverá encaminhar uma declaração de isenção, em papel timbrado da empresa ou que conste o carimbo padronizado do CNPJ, firmada por contador e sócio administrador da empresa, sob as penas da lei.
- 3.3. **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União unificada a Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)**, de acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e Decisão nº 705/94/TCU, expedida pela Receita Federal. (www.receita.fazenda.gov.br).
- 3.4. **Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.**

3.5. **Certidão Negativa de Débito junto ao município do domicílio ou sede do licitante.**

3.5.1. Para os municípios que emitem prova de regularidade para com a Fazenda Municipal em separado, as proponentes deverão apresentar as duas certidões, isto é, Certidão sobre Tributos Imobiliários e Certidão de Tributos Mobiliários (Ex.: IPTU e ISSQN, respectivamente).

3.5.2. Caso a certidão não inclua todos os Tributos (mobiliários e imobiliários) e a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome **deverá apresentar documento emitido pela Prefeitura Municipal ou certidão negativa de imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, da sede da licitante**, não se eximindo de apresentar a Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários (ISSQN e IPTU), respectivamente.

3.6. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. (www.caixa.gov.br).

3.7. **Certidão de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas – CNDT**, demonstrando inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, fornecido eletronicamente pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 de 07 de julho de 2011. (www.tst.jus.br/certidao).

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRO

4.1. **Certidão Negativa de Decretação de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica;

4.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhado do Termo de Abertura e encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

4.3. **Apresentação dos cálculos dos índices econômicos, com os seguintes índices:**

a) **LC** = Índice de Liquidez Corrente; **LG** = Índice de Liquidez Geral e **SG** = Índice de Solvência Geral.

b) Quanto às fórmulas:

i. **LC** = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

ii. **LG** = (Ativo Circulante) + Realizável a Longo Prazo / (Passivo Circulante) + Exigível a Longo Prazo;

iii. **SG** = (Ativo Total) / (Passivo Circulante) + Exigível a Longo Prazo.

4.3.1. **Serão habilitados os licitantes** que extraírem e apresentarem o cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **com o resultado igual ou superior a 1,00 (= ou >1,00)**, calculados de acordo com a aplicação das fórmulas acima.

4.3.2. Os índices serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

4.3.3. DAS PARTICULARIDADES DO BALANÇO PATRIMONIAL:

- I. Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima admitir-se-á a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado, acompanhado de cópia da respectiva publicação na Imprensa Oficial;
- II. As empresas com menos de 1 (um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida no **item 4.2.**, mediante a apresentação do balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do responsável por sua contabilidade e do sócio-gerente, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante:
 - a) Balanço de abertura – sociedades sem movimentação;
 - b) Balanço intermediário – sociedades com movimentação.
- III. As Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's) deverão atender igualmente a exigência **do item 4.2. e 4.3.:**
 - a) Para as Microempresas (ME's), Empresas de Pequeno Porte (EPP's), optantes pelo "SIMPLES", é obrigatória a apresentação do Balanço Patrimonial, dispensando-se apenas a publicação e transcrição do livro diário;
 - b) É dispensável a apresentação do balanço patrimonial do último exercício social somente às Empresas de Pequeno Porte (EPP'S) ou Microempresas (ME's), **quando o fornecimento de bens for a pronta entrega ou locação de materiais**, conforme disposto no §3º do Decreto nº 8.538/2015, os demais casos, caso não apresente balanço, será automaticamente inabilitado no certame.
- IV. Serão considerados aceitos como, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - a) Publicados em Diário Oficial ou;
 - b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
 - d) Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão ou;
 - e) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedades por ações.
- V. Poderão ser exigidas das empresas para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Secretaria da Receita Federal.

5. DECLARAÇÕES

- 5.1. As declarações solicitadas deverão ser emitidas, em papel timbrado da empresa ou que conste o carimbo padronizado do CNPJ, devidamente assinadas pelo representante legal.

5.2. As declarações abaixo arroladas, deverão ser apresentadas, conforme os modelos dispostos no **ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES.**

5.2.1. Quanto ao anexo III – **Modelo de Declarações**, os modelos sugeridos foram inseridos com o intuito de padronizar as informações apresentadas, facilitar os trabalhos de análise e julgamento pela Comissão Permanente ou Especial de Licitação e evitar que as licitantes deixem de ser cadastradas em razão de falhas ou insuficiência nas informações indicadas. Caso sejam apresentados documentos em formatação diversa, estes deverão contemplar as informações mínimas necessárias à comprovação das exigências para efeitos de habilitação das licitantes.

5.3. As declarações abaixo arroladas deverão ser apresentadas juntamente com os demais documentos de habilitação:

a) **Declaração da licitante, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação**, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;

b) **Declaração expressa da licitante de que:**

- **Nenhum de seus dirigentes, gerentes, acionistas com direito a voto ou controlador, responsável técnico, funcionário ou subcontratado, sejam servidores deste Instituto, sob qualquer regime de contratação**, relativa ao disposto no inciso III do Art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- **Não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de idade**, relativa ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988;

5.4. Independente de declaração expressa, o simples cadastramento implica na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.